



Prova Objetiva de Psicologia

INSTRUÇÕES

- Preencha com atenção o número do CPF e o código encaminhado para seu endereço de e-mail. O preenchimento equivocado é de inteira responsabilidade do (a) candidato (a) e ocasionará a eliminação do processo seletivo.
- Somente será aceito um envio por CPF e código. Se houver uma segunda tentativa de envio, o (a) candidato (a) será eliminado (a) do processo seletivo.
- Leia cuidadosamente o comando de cada uma das questões e escolha a resposta correta.
- Responda as questões na ordem que mais lhe convier, sendo permitido pular questões e voltar para respondê-las, desde que dentro do tempo máximo estipulado para a prova objetiva.
- Seu tempo de realização da prova é limitado a 3 (três) horas. Não haverá tempo suplementar.
- Ao terminar a prova, basta clicar em "Enviar", não sendo permitido novo envio.
- O gabarito oficial preliminar será divulgado no dia 08 de abril de 2024, conforme Edital publicado no Portal da Residência.

* Obrigatória

Informe o CPF *

Informe o código recebido por e-mail *

1. "Estudos têm demonstrado que vários fatores de risco, como incapacidade física, déficit cognitivo, dependência de terceiros, problemas de saúde física e mental, baixa renda, falta de apoio social e ser do sexo feminino, estão associados ao abuso de idosos. Os efeitos adversos do abuso estendem-se à saúde mental e física, ao status social e às estruturas e podem até levar a consequências negativas, como sofrimento psicológico, doença e morte. Além disso, o abuso de idosos pode resultar em desfechos dispendiosos, como hospitalização e transferência para lares de idosos."

NEMATI-VAKILABAD, Reza et al. *The prevalence of elder abuse and risk factors: a cross-sectional study of community older adults*. BMC Geriatrics, [s. l.], v. 23, p. 616, 2023.

Com base no texto fornecido, qual dos seguintes elementos não é considerado um fator de risco para violência contra pessoas idosas?

- a) Dependência de outras pessoas.
- b) Problemas de saúde física e mental.
- c) Falta de apoio social.
- d) Ser mulher.
- e) Renda elevada.

2. No âmbito do Sistema Único de Saúde, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) é responsável por fornecer assistência às pessoas que sofrem de transtornos mentais ou com necessidades relacionadas ao uso de crack, álcool e outras drogas. Qual dos serviços a seguir correspondem a pontos de atenção da RAPS na Atenção Básica em saúde?

- a) Serviços Residências Terapêuticas (SRT)
- b) Equipe de Consultório na Rua
- c) Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)
- d) Unidades de Acolhimento (UA) e Unidades de Pronto Atendimento (UA)
- e) SAMU, Hospitais Gerais e Centros de Convivência e Cultura

3. "Para lidar com a complexidade dos dilemas humanos e com os fenômenos sociais expressos nas questões jurídicas, a(o) psicóloga(o) é chamado para assessorar as decisões judiciais, isto é, emprestar o seu saber para que os problemas [...] possam ter respostas singularizadas e justas."

Com base no texto fornecido qual das seguintes afirmações é verdadeira?

- a) Realizando avaliações psicológicas exclusivamente dos pais envolvidos no processo de guarda.
- b) Colaborando na identificação do melhor interesse da criança, considerando aspectos psicológicos, emocionais e relacionais.
- c) Elaborando pareceres técnicos apenas sobre as capacidades parentais dos envolvidos.
- d) Participando apenas de processos de mediação familiar, sem envolver-se em outros aspectos do processo.
- e) Promovendo a capacitação dos Promotores de Justiça apenas em aspectos legais, sem considerar questões psicológicas.

4. No Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), na temática da violência doméstica contra a mulher, o/a psicólogo/a atua de maneira interdisciplinar, assessorando as Promotorias de Justiça. Ele realiza perícias através de diversas técnicas, como análise de processos, entrevistas e visitas domiciliares, para subsidiar a atuação institucional, emitindo relatórios e pareceres técnicos. Além disso, sugere encaminhamentos das partes envolvidas a instituições governamentais e não governamentais para garantir o acesso a direitos sociais. O profissional também contribui com estudos e pesquisas, compartilhando informações e trocando experiências para ampliar o conhecimento psicossocial aplicado ao campo jurídico, além de desempenhar outras atividades pertinentes às atribuições da unidade conforme determinado.

No contexto da atuação do/a psicólogo/a junto ao Ministério Público resolutivo em casos de violência doméstica contra a mulher, qual é o papel desse profissional?

- a) Realizar avaliações psicológicas das vítimas de violência doméstica, quando solicitado pelo Promotor de Justiça, visando fornecer pareceres técnicos para embasar as decisões judiciais.
- b) Prestar assistência psicológica às vítimas de violência doméstica durante todo o processo judicial, sem interferir nas decisões do Ministério Público
- c) Colaborar com o Ministério Público na identificação de estratégias para resolução extrajudicial de casos de violência doméstica, considerando as necessidades emocionais das vítimas e dos agressores.
- d) Emitir laudos psicológicos conclusivos sobre a culpa ou inocência dos acusados de violência doméstica, com base em entrevistas individuais com as partes envolvidas.
- e) Todas as respostas anteriores.

5. Qual das afirmativas abaixo melhor reflete a proposta da interdisciplinaridade?

- a) Criar novas disciplinas para abordar problemas específicos de forma mais eficaz.
- b) Integrar os saberes existentes para abordar questões complexas de forma mais abrangente.
- c) Isolar os saberes existentes para manter a pureza das disciplinas.
- d) Utilizar conhecimentos de várias áreas para resolver problemas de forma isolada.
- e) Limitar a cooperação entre disciplinas para evitar conflitos de interesses.

6. Os transtornos psicopatológicos relacionados a traumas e estressores estão entre os mais comuns em crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), os transtornos relacionados a traumas e a estressores reúnem:

- a) O transtorno de apego reativo, o transtorno de ansiedade de separação, o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), o transtorno conversivo e o transtorno disruptivo da desregulação do humor.
- b) O transtorno de apego reativo, o transtorno de interação social desinibida, o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), o transtorno de estresse agudo e os transtornos de adaptação
- c) O transtorno de ansiedade de separação, o transtorno dissociativo de identidade, o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), o transtorno de estresse agudo e os transtornos relacionados ao álcool.
- d) O transtorno de apego reativo, o transtorno dissociativo de identidade, o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), o transtorno compulsão alimentar e os transtornos do sono-vigília.
- e) O transtorno de ansiedade de separação, o transtorno conversivo, o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), o transtorno dissociativo de identidade e os transtornos relacionados ao álcool.

7. De acordo com a Resolução 06/2019 do CFP, constituem modalidades de documentos psicológicos:

- I. Síntese de Teste.
- II. Devolutiva escrita
- III. Declaração.
- IV. Atestado Psicológico.
- V. Relatório Multiprofissional.
- VI. Laudo Psicológico.
- VII. Relatório Autodescritivo.
- VIII. Informe Psicológico.
- IX. Relatório Psicológico.
- X. Parecer Psicológico.

Está CORRETO apenas o que se afirma em:

- a) III, IV, V, VII, VIII e IX.
- b) I, II, III, VII, VIII e X.
- c) I, III, IV, VII, VIII e X.
- d) III, IV, V, VI, IX e X.
- e) II, III, V, VI, VIII e X.

8. Com a separação do casal, a família ganha uma nova configuração e os cuidados com os filhos precisam ser mantidos. Com relação à guarda, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Guarda alternada e guarda compartilhada são consideradas sinônimas.
- b) A guarda compartilhada é definida como a divisão igualitária do tempo de permanência de crianças e adolescentes entre o pai e a mãe que não vivam sob o mesmo teto.
- c) O direito de visitas possui como princípio básico o direito ao convívio do filho com o genitor não guardião.
- d) Na guarda compartilhada, com a alternância de residência do filho, é necessária a constante modificação do poder familiar.
- e) A guarda unilateral não impõe ao pai ou à mãe que não a detenha a obrigação de supervisionar os interesses dos filhos.

9. Considerando as disposições da Lei 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), qual das seguintes responsabilidades é atribuída ao Ministério Público?

- a) Propor ao Congresso Nacional modificações nos critérios de acesso ao Benefício de Prestação Continuada, visando a sua adequação ao contexto socioeconômico do país.
- b) Manter registros detalhados sobre atendimentos realizados a pessoas idosas, incluindo informações relevantes para sua identificação e individualização do cuidado.
- c) Organizar cursos e programas de extensão, tanto presenciais quanto à distância, e oferecê-los às pessoas idosas, abrangendo atividades formais e informais.
- d) Promover somente ações extrajudiciais de alimentos, de interdição, de designação de curador especial, em circunstâncias que justifiquem a medida.
- e) Oficiar em todos os feitos em que se discutam os direitos das pessoas idosas em condições de risco.

10. A entrevista psicológica é uma técnica usada por psicólogos/as em diferentes contextos, como clínico, organizacional, escolar, jurídico, entre outros. No trabalho com o público-alvo de interesse da justiça, o tipo comumente utilizado é a entrevista:

- a) Diagnóstica.
- b) Devolutiva.
- c) Clínico-forense.
- d) Livre.
- e) Semiestruturada.

11. Em uma determinada região administrativa do Distrito Federal, certo dia, o Conselho Tutelar recebe uma denúncia sobre um caso grave de violência doméstica envolvendo uma família em situação de vulnerabilidade. As crianças, Sofia e Lucas, são vítimas de maus-tratos por parte de seus pais, que lutam contra o vício em drogas. O Conselho Tutelar intervém prontamente, oferecendo apoio e proteção às crianças. Eles aplicam medidas para garantir a segurança de Sofia e Lucas, encaminhando-os, em caráter emergencial, para um serviço de acolhimento. Além disso, o Conselho fiscaliza de perto as entidades de atendimento à infância na região, certificando-se de que proporcionem um ambiente seguro e protetivo. Diante desse cenário, qual das seguintes alternativas descreve corretamente uma atribuição do Conselho Tutelar nesta situação?

- a) Prestar orientação e apoio apenas aos pais, visando que eles se recuperem do vício em drogas.
- b) Requisitar serviços públicos essenciais, como saúde e assistência social, para garantir o bem-estar das crianças.
- c) Oferecer aconselhamento exclusivamente aos pais, desconsiderando as necessidades das crianças envolvidas.
- d) Encaminhar o caso diretamente para a polícia, sem considerar outras medidas de proteção para as crianças.
- e) Fiscalizar apenas as escolas da região, negligenciando outras instituições que atendem crianças e adolescentes.

12. O Conselho Federal de Psicologia (CFP) tem se posicionado criticamente em relação à alienação parental, destacando a importância de uma abordagem fundamentada em referenciais teóricos, técnicos e éticos da Psicologia. Com relação às recomendações feitas aos/às psicólogos/as, é CORRETO afirmar que:

- a) As psicólogas e os psicólogos devem fundamentar suas análises e conclusões acerca dos membros do grupo familiar e de suas dinâmicas relacionais com base no ilícito civil, definido pela Lei 12.318/2010 como alienação parental.
- b) As psicólogas e os psicólogos devem examinar de forma crítica as demandas de estudo psicológico e avaliação psicológica que envolvam alegação de alienação parental em âmbito institucional ou privado, considerando os contextos familiar e social em que se inserem.
- c) Em situações nas quais são instados a se manifestar sobre a ocorrência ou não de alienação parental, as psicólogas e os psicólogos devem contextualizar essa demanda e se pronunciar a partir do campo da Psicologia, evidenciando os referenciais teóricos, técnicos e éticos que fundamentam as suas análises e conclusões.
- d) Ao se pronunciarem sobre o tema alienação parental e a Lei 12.318/2010, as psicólogas e os psicólogos devem observar apenas os aspectos legais e jurídicos, deixando de lado os aspectos sociais e históricos intimamente associados ao assunto.
- e) Nas avaliações psicológicas e atendimentos psicológicos em que há alegação de alienação parental, as psicólogas e os psicólogos devem utilizar abordagens teóricas ainda em processo de consolidação no campo da Psicologia.

13. O Código de Ética Profissional do/a Psicólogo/a (Resolução 010/2005 do Conselho Federal de Psicologia) é um conjunto de normas e princípios que orientam a conduta dos(as) psicólogos(as) em sua prática profissional. De acordo com os deveres fundamentais do/a psicólogo/a:

I. Prestar serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços, utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional.

II. Informar, a quem de direito, os resultados decorrentes da prestação de serviços psicológicos, transmitindo somente o que for necessário para a tomada de decisões que afetem o usuário ou beneficiário.

III. Realizar diagnósticos, divulgar procedimentos ou apresentar resultados de serviços psicológicos em meios de comunicação, de forma a expor pessoas, grupos ou organizações.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.
- e) I, apenas.

14. Para lidar com a complexidade dos dilemas humanos e com os fenômenos sociais expressos nas questões jurídicas, o/a psicólogo/a é chamado para assessorar as decisões judiciais, isto é, emprestar o seu saber para que os problemas _____, considerando a individualidade e as particularidades de cada situação.

Com base no enunciado apresentado sobre a atuação do/a psicólogo/a no assessoramento das decisões judiciais, qual das seguintes alternativas melhor completa a frase abaixo?

- a) "sejam compreendidos em sua totalidade, proporcionando soluções universais e uniformes".
- b) "sejam simplificados, evitando ambiguidades e controvérsias na interpretação dos casos".
- c) "possam ter respostas singularizadas e justas".
- d) "sejam analisados com rapidez, garantindo a imparcialidade e a equidade nas decisões".
- e) "possam ser resolvidos de forma rápida e eficiente, minimizando o tempo de tramitação dos processos".

15. Apesar de a violência doméstica ter várias faces e especificidades, as agressões cometidas no contexto conjugal ocorrem dentro de um ciclo que é constantemente repetido. Assinale a opção que indica a relação CORRETA, na ordem apresentada.

- a) Fase de tensão; fase de explosão; fase de lua de mel.
- b) Fase de distanciamento; fase de explosão; fase de lua-de-mel.
- c) Fase de tensão; fase de harmonização; fase de lua de mel.
- d) Fase de tensão; fase de distanciamento; fase de lua de mel.
- e) Fase de explosão; fase de lua de mel; fase de tensão.

16. No MPDFT, a intervenção grupal realizada por psicólogos(as) consiste em abordagens psicoeducativas realizadas em grupo. Essas intervenções visam trabalhar questões psicossociais de forma coletiva, permitindo a interação entre os(as) participantes(as) e promovendo _____, _____ e o _____.

- a) isolamento - troca de experiências - suporte mútuo
- b) desenvolvimento pessoal - troca de experiências - apoio mútuo
- c) autonomia – confusão de papéis – desenvolvimento pessoal
- d) da hierarquia – apoio mútuo – isolamento social
- e) conflitos – dependência – trocas de experiências

17. As vítimas de crimes e atos infracionais são amparadas por uma série de legislações e políticas públicas. O MPDFT, sob supervisão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), deve garantir que as vítimas recebam assistência adequada e que seus direitos sejam respeitados durante todo o processo legal. Sobre o atendimento às vítimas, é correto afirmar:

- a) Entende-se por vítima apenas a pessoa natural que tenha sofrido danos físicos, emocionais, em sua própria pessoa, ou em seus bens, causados diretamente pela prática de um crime, ato infracional, calamidade pública, desastre natural ou grave violação de direitos humanos.
- b) Não incumbe ao Ministério Público, ao estimular políticas internas, a proteção contra a revitimização.
- c) Compete ao Ministério Público zelar para que sejam garantidos os direitos à proteção física, patrimonial, psicológica, documental, entre outros.
- d) Devem ser priorizado o atendimento a vítimas de infrações penais e atos infracionais que, pela condição de vulnerabilidade em decorrência da idade, do gênero, de deficiência, pelo estado de saúde ou pelas condições, natureza e duração do delito, não tenham experimentado consequências físicas ou psíquicas graves.
- e) Cabe ao Ministério Público atuar somente na fase judicial do processo, não interferindo na assistência às vítimas.

18. Com relação à atuação de psicólogos/as no contexto das políticas públicas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Sistema Único de Saúde (SUS), qual das seguintes afirmativas melhor descreve a abordagem interdisciplinar nessas áreas?

- a) A atuação exclusiva do/a psicólogo/a sem integração com outras áreas profissionais.
- b) A colaboração entre psicólogos/as de diferentes especialidades sem envolvimento de outras áreas.
- c) A separação rígida entre psicólogos/as e outros profissionais, sem intercâmbio de conhecimentos.
- d) A competição entre psicólogos/as e profissionais de outras áreas, sem cooperação mútua.
- e) A integração de psicólogos/as com profissionais de diferentes áreas para uma abordagem mais abrangente.

19. A teoria do desenvolvimento psicossocial de Erikson propõe oito estágios durante o ciclo vital. Cada um deles envolve uma "crise" na personalidade, que surge de acordo com a maturação do indivíduo e deve ser satisfatoriamente resolvida para um desenvolvimento saudável do ego. Segundo esta teoria, é CORRETO que na adolescência:

- a) Os jovens desenvolvem principalmente a virtude da benevolência, buscando formas de ajudar os outros e demonstrar empatia.
- b) A formação da identidade não é influenciada pelo ambiente social e cultural em que o adolescente está inserido.
- c) A crise de identidade é um estado permanente que afeta todos os adolescentes, sem exceção, e não é uma dificuldade transitória.
- d) A ausência de uma ideologia integrada na adolescência não tem relação com a confusão de identidade, pois são processos psicológicos distintos.
- e) É comum os jovens experimentarem conflitos internos e externos relacionados à identidade e aos papéis sociais, o que pode levá-los a sentir-se isolados e indecisos.

20. Qual das seguintes afirmações está CORRETA em relação à diferença entre a escuta especial e o depoimento especial, conforme estabelecido pela Lei 13.431/17, conhecida como Lei do Depoimento Especial?

- a) A escuta especializada é conduzida por profissionais da rede de proteção e busca produzir provas para processos judiciais, enquanto o depoimento especial é realizado por autoridades policiais ou judiciárias com foco no acolhimento e suporte emocional de criança ou adolescente.
- b) Tanto a escuta especial quanto o depoimento especial são conduzidos por autoridades policiais ou judiciárias, com ênfase na produção de provas processuais.
- c) A escuta especializada é realizada por profissionais capacitados do sistema de justiça para garantir a ampla defesa do investigado, enquanto o depoimento especial é conduzido por integrantes da rede de proteção, visando ao acolhimento e ao suporte emocional da vítima.
- d) A escuta especializada é um procedimento executado perante autoridade policial ou judiciária com o intuito de subsidiar processos ou investigações, enquanto o depoimento especial é realizado por profissionais da rede de proteção para atender às necessidades sociais de proteção da criança e do/a adolescente.
- e) Tanto a escuta especial quanto o depoimento especial são conduzidos por profissionais da rede de proteção, com foco no acolhimento e suporte emocional da vítima, sem preocupação com a produção de provas processuais.

21. Sobre a violência na família, é CORRETO afirmar que:

- a) Quando se fala em violência familiar, podemos dizer que estamos falando de violência física e sexual, exclusivamente.
- b) A falta de cuidados, alimentação e segurança dos pais para com os filhos não se configura como violência.
- c) A figura paterna não é mais forte, tendo em vista que não existe mais a submissão da mulher e dos filhos ao marido/pai.
- d) No interior da família existem muitas outras formas de violência além da física e da sexual, como o abandono, a negligência e a violência psicológica, isto é, condições que comprometem o desenvolvimento saudável da criança e do jovem.
- e) A avaliação da vítima de violência psicológica no contexto familiar deve ser feita por meio de instrumentos padronizados, sem uso de entrevista, para assegurar a confiabilidade das informações obtidas, o respeito à privacidade e a proteção da vítima.

22. Considerando a aplicação da perspectiva garantista na avaliação de políticas públicas, qual dos seguintes critérios não está alinhado com essa abordagem?

- a) Respeito aos direitos fundamentais.
- b) Efetividade e eficácia.
- c) Participação da sociedade civil.
- d) Monitoramento pontual.
- e) Adequação orçamentária.

23. Complete as lacunas na afirmação abaixo relacionada à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

"A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, tem como objetivo assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos _____, dos _____ e dos _____ por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Para tanto, ela dispõe sobre _____ e institui o _____ como instrumentos para a efetivação dos direitos previstos."

- a) direitos - deveres - benefícios - políticas públicas - Comitê de Monitoramento.
- b) direitos - deveres - benefícios - diretrizes - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
- c) deveres - direitos - benefícios - políticas públicas - Conselho Nacional de Assistência Social.
- d) direitos - deveres - serviços - diretrizes - Comitê de Monitoramento.
- e) direitos - deveres - benefícios - diretrizes - Conselho Nacional dos Direitos Humanos.

24. "Sexo e gênero, como unidades fundamentais da identidade, criam lentes (ou filtros) através das quais interagimos com o mundo, influenciando o modo como pensamos, nos comportamos e experienciamos o mundo e nós mesmos como parte dele."

Wood, G. A psicologia do gênero. São Paulo, Blucher: 2021.

Com base nessa afirmativa, é CORRETO afirmar que

- a) Sexo e gênero são sinônimos.
- b) Gênero faz parte de um construto biológico, sem levar em consideração questões históricas e sociais.
- c) Igualdade de gênero e equidade de gênero são sinônimos.
- d) Os papéis de gênero são iguais em todas as culturas, pois baseiam-se no essencialismo biológico.
- e) A visão estereotipada de gênero pressupõe uma visão binária do mundo psicológico, dividido em dois grupos: masculino e feminino.

25. A tomada de decisão apoiada (TDA) representa um avanço em relação ao instituto da curatela no que concerne ao reconhecimento e à garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Considerando o papel da avaliação psicológica tanto na curatela quanto na TDA, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Na curatela, a avaliação psicológica tem como objetivo principal determinar a capacidade da pessoa em expressar sua vontade e compreender os atos que necessitam de apoio, auxiliando na definição dos limites do apoio a ser oferecido e na escolha dos apoiadores mais adequados.
- b) A avaliação psicológica desempenha um papel similar tanto na curatela quanto na TDA, consistindo em avaliar a capacidade da pessoa em administrar seus bens e praticar atos da vida civil, sendo um dos elementos fundamentais para embasar a decisão judicial sobre a necessidade da curatela.
- c) Na TDA, a avaliação psicológica é dispensável, uma vez que o foco desse modelo é garantir a autonomia da pessoa com deficiência, não sendo necessário avaliar sua capacidade de compreensão e expressão de vontade.
- d) Tanto na curatela quanto na TDA, a avaliação psicológica tem como principal objetivo determinar se a pessoa com deficiência possui capacidade legal para praticar atos da vida civil e administrar seus bens, sendo um elemento determinante para a imposição das medidas de proteção.
- e) A avaliação psicológica é obrigatória apenas na curatela, sendo dispensável na TDA, uma vez que nesse modelo a pessoa com deficiência mantém sua autonomia na tomada de decisões.

26. A Lei Henry Borel (Lei 14.344/2022) criou dispositivos para prevenir e enfrentar a violência contra crianças e adolescentes, alterando o Estatuto da Criança e do Adolescente. Dentre as maneiras pelas quais o/a psicólogo/a pode auxiliar na aplicação dessa lei, assinale a resposta CORRETA.

- a) Realizar avaliações psicológicas das vítimas de violência, contribuindo para identificar possíveis traumas ou necessidades emocionais e psicológicas.
- b) Oferecer suporte jurídico especializado a crianças e adolescentes vítimas de violência, auxiliando no processo de recuperação.
- c) Promover a conscientização sobre os direitos das crianças e adolescentes por meio de campanhas publicitárias.
- d) Prestar assistência financeira às famílias das vítimas para cobrir despesas médicas e legais decorrentes da violência.
- e) Desenvolver políticas públicas de longo prazo para combater a violência doméstica em comunidades carentes.

27. "Se o psicólogo está sendo convocado a avaliar alguém, ele deve saber quem está avaliando, mas também para quê."

HUTZ, Claudio Simon et al. *Avaliação psicológica no contexto forense*. Artmed Editora, 2019.

Considerando o trabalho do/a psicólogo/ao/a no Ministério Público, qual das afirmativas abaixo está CORRETA?

- a) O/A psicólogo/a deve adentrar nas decisões judiciais para garantir a justiça plena.
- b) Os documentos produzidos pelo/a psicólogo/a devem ser elaborados sem seguir rigor técnico ou ético.
- c) O/A psicólogo/a não precisa se preocupar com quem está avaliando ou para quê, apenas com a elaboração do relatório.
- d) O/A psicólogo/a deve apresentar indicativos pertinentes à investigação que possam subsidiar diretamente o Promotor de Justiça, mantendo-se dentro dos limites legais de sua atuação profissional.
- e) O/A psicólogo/a deve seguir exclusivamente as solicitações do Promotor de Justiça, sem considerar a ética profissional.

28. O Distrito Federal implementou um centro de atendimento integrado para crianças e adolescentes vítimas de violência, conforme previsto na Lei 13.431/17 (Lei do Depoimento Especial). Ao analisar o protocolo de atendimento estabelecido por esse serviço, o Promotor de Justiça observa que está prevista a realização de escuta especializada das vítimas por autoridade policial, com o objetivo de coletar provas para a instrução criminal. Ademais, caso as evidências se revelem insuficientes, também está previsto que a autoridade policial conduza uma segunda escuta especializada na busca pela verdade dos fatos.

Considerando o disposto na Lei 13.431/17, assinale a afirmativa CORRETA.

- a) O procedimento a ser realizado pela autoridade policial ou judiciária é o depoimento especial, de caráter excepcional, observadas as diretrizes trazidas pela Lei 13.431/17 para o depoimento especial em juízo.
- b) A escuta especializada é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária.
- c) O depoimento especial é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade.
- d) A realização de sucessivas escutas especializadas não é apta a causar a revitimização de crianças e adolescentes, na medida em que se buscará prova para a responsabilização criminal de seu agressor.
- e) A escuta especializada é procedimento cuja realização observará os protocolos previstos em lei, sendo de atribuição exclusiva do serviço de saúde encarregado de atender crianças e adolescentes vítimas em cada região administrativa.

29. Psicologia e Direito apresentam diferenças fundamentais em suas abordagens. Enquanto a Psicologia é descritiva, focando na compreensão dos processos mentais e comportamentais, o Direito é prescritivo, preocupando-se com normas e regras legais. Como conciliar essas abordagens distintas em uma atuação conjunta?

- a) Descartar a possibilidade de atuação em equipe devido à disparidade das abordagens é contraproducente e limitado.
- b) Restringir-se aos campos individuais de atuação não permite explorar o potencial complementar das duas áreas.
- c) A prevalência de uma área sobre a outra não é necessária nem produtiva para alcançar objetivos comuns.
- d) Uma abordagem interdisciplinar, integrando os conhecimentos e perspectivas de ambas as áreas, pode ser eficaz para atingir objetivos compartilhados.
- e) Optar por uma abordagem exclusivamente psicológica desconsidera a riqueza de informações e perspectivas que o Direito pode fornecer em determinados contextos.

30. O Direito de Família trata de assuntos que afetam, direta ou indiretamente, a vida de todos. Na área de família, o MPDFT atua nos processos que envolvam casamento, união estável, separação, divórcio, filiação, poder familiar, tutela, curatela, interdição e alimentos. Em relação ao assessoramento aos Promotores de Justiça nessa temática, o/a psicólogo/a deve:

- a) Oferecer aconselhamento psicológico direto somente a crianças e adolescentes envolvidos em processos judiciais.
- b) Realizar estudos psicossociais apenas em casos de violência doméstica.
- c) Apresentar pareceres técnicos que proporcionem uma melhor compreensão da dinâmica familiar aos Promotores de Justiça.
- d) Executar ações de caráter preventivo nas comunidades para evitar situações de risco para crianças e adolescentes.
- e) Desenvolver programas de intervenção terapêutica para famílias em situação de vulnerabilidade social.

31. Identifique qual das seguintes afirmações está CORRETA em relação à atuação do/a psicólogo/a com relação ao estabelecido pela Lei Brasileira de Inclusão.

- a) O/A psicólogo/a deve garantir o direito à tomada de decisão, a promoção da acessibilidade e os apoios necessários para a efetivação da liberdade de escolha e de expressão das pessoas com deficiência.
- b) O/A psicólogo/a não tem responsabilidade em garantir o direito à tomada de decisão das pessoas com deficiência.
- c) A promoção da acessibilidade não é uma preocupação relevante para o/a psicólogo/a em sua prática com pessoas com deficiência.
- d) O/A psicólogo/a deve proporcionar apoio necessário para a efetivação da liberdade de escolha apenas em situações específicas.
- e) A Lei Brasileira de Inclusão não aborda a importância da expressão da liberdade de escolha para pessoas com deficiência.

32. "No Brasil, o trabalho de avaliação psicológica na intersecção com o direito é anterior à regulamentação da profissão. A atividade dos(as) psicólogos(as) iniciou-se na área criminal com foco na avaliação de criminosos, em um contexto tipicamente positivista do direito natural, sempre com o objetivo de identificar determinantes que pudessem justificar a prática do delito. Com a evolução do pensamento, mudanças foram ocorrendo tanto na psicologia quanto no direito. As demandas que antes eram justificadas por direitos universais, vistos como inerentes à natureza humana, passaram a ser sustentadas por novos direitos, agora justificados pelo contexto histórico em que se encontram decorrente de lutas de novas liberdades."

HUTZ, Claudio Simon et al. *Avaliação psicológica no contexto forense*. Artmed Editora, 2019.

Com base no texto acima, pode-se dizer que o principal objetivo da avaliação psicológica no contexto jurídico é:

- a) Determinar a culpa do indivíduo.
- b) Avaliar a capacidade motora das partes envolvidas em processos judiciais.
- c) Oferecer um diagnóstico.
- d) Decidir sobre a sentença do julgamento.
- e) Por meio dos fenômenos psicológicos relativos ao caso, responder a uma demanda legal.

33. O marco regulatório da primeira infância é uma lei sancionada em 2016 que reconhece a especificidade e a relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano. Considerando as teorias que tratam do desenvolvimento nessa fase da vida, qual dos seguintes conjuntos apresenta corretamente as principais contribuições de Piaget, Freud, Erikson, Klein e Spitz sobre os primeiros anos de vida, especialmente a primeira infância?

- a) Piaget: Fases do desenvolvimento psicossocial; Freud: Relações objetais; Erikson: Desenvolvimento cognitivo; Klein: Teoria psicanalítica; Spitz: Desenvolvimento emocional.
- b) Piaget: Desenvolvimento cognitivo; Freud: Teoria psicanalítica; Erikson: Fases do desenvolvimento psicossocial; Klein: Relações objetais; Spitz: Desenvolvimento emocional.
- c) Piaget: Desenvolvimento emocional; Freud: Fases do desenvolvimento psicossocial; Erikson: Teoria psicanalítica; Klein: Desenvolvimento cognitivo; Spitz: Relações objetais.
- d) Piaget: Teoria psicanalítica; Freud: Desenvolvimento cognitivo; Erikson: Desenvolvimento emocional; Klein: Desenvolvimento cognitivo; Spitz: Fases do desenvolvimento psicossocial.
- e) Piaget: Relações objetais; Freud: Desenvolvimento emocional; Erikson: Desenvolvimento cognitivo; Klein: Fases do desenvolvimento psicossocial; Spitz: Teoria psicanalítica.

34. As abordagens baseadas nos direitos humanos são cruciais para reduzir as desigualdades em saúde. Considerando a importância de garantir o direito à saúde para toda a população, incluindo grupos historicamente excluídos, como pessoas LGBTQIAPN+, negras, indígenas, com deficiência, mulheres e outros segmentos que enfrentam discriminação sistemática, o papel do/a psicólogo/a no assessoramento em políticas públicas de saúde ganha extrema relevância. Diante dessa perspectiva, qual das seguintes atividades abaixo não está entre as formas pelas quais os/as psicólogos/as colaboram no assessoramento de políticas públicas de saúde no Ministério Público?

- a) Análise e interpretação de dados epidemiológicos relacionados à saúde dos grupos marginalizados, fornecendo embasamento para a formulação de políticas públicas mais efetivas.
- b) Fornecimento de subsídios técnico-científicos para ações que visem combater a discriminação e promover a equidade no acesso aos serviços de saúde.
- c) Realização de atendimentos psicoterapêuticos individuais e em grupo para os grupos marginalizados, visando fortalecer sua saúde mental e emocional, o que indiretamente contribui para o acesso justo aos serviços de saúde.
- d) Avaliação de programas governamentais voltados para áreas como saúde mental, prevenção da violência, promoção da saúde e inclusão social, garantindo sua eficácia e relevância para a população-alvo.
- e) Inserção em equipes multidisciplinares para avaliação e planejamento de intervenções específicas, levando em consideração as particularidades psicossociais e culturais desses grupos.

35. Qual das seguintes afirmações é verdadeira sobre a identificação da violência de gênero?

- a) A violência de gênero é exclusivamente física, não envolvendo aspectos psicológicos ou simbólicos.
- b) É fundamental estar atento a comportamentos que causem dano emocional, diminuição da autoestima, constrangimento, humilhação, entre outros, pois esses não são sinais de violência de gênero.
- c) Homens e mulheres são afetados igualmente pela violência de gênero, sem distinção.
- d) A violência de gênero pode ser reconhecida quando a agressão física, psicológica, sexual ou simbólica é direcionada a alguém com base na sua identidade de gênero ou orientação sexual.
- e) As relações desiguais de gênero historicamente favorecem as mulheres como perpetradoras da violência.

36. Psicolina é uma residente de psicologia do MPDFT e tem auxiliado na condução de grupos informativos com mulheres vítimas de violência doméstica. Durante um desses encontros, observou que uma das participantes monopolizou o grupo durante praticamente todo período, descrevendo situações dolorosas de sua vida. Nesse caso, qual das seguintes alternativas representa a melhor intervenção a ser adotada?

- a) Ser continente e buscar preservar o enquadre (*setting*), visando melhor funcionamento grupal.
- b) Encerrar a participação dessa pessoa, convidando-a a se retirar do grupo.
- c) Convidar as demais participantes a expor seus sofrimentos e utilizar a interpretação para impor suas próprias crenças e valores.
- d) Ignorar o comportamento monopolizador da participante para evitar conflitos no grupo.
- e) Estender a duração do encontro, para que as demais participantes possam apresentar seus sentimentos sobre o relato da participante monopolizadora.

37. No contexto da intersecção entre Psicologia e Direito, uma especialidade reconhecida pelo Conselho Federal de Psicologia no Brasil tem um papel significativo. Qual é o nome dessa especialidade e por qual razão?

- a) Psicologia criminal, devido à sua abrangência para lidar com uma variedade de casos criminais e atos ilícitos, incluindo aspectos clínicos.
- b) Psicologia jurídica, por ter múltiplas formas de atuação para abranger todas as áreas do sistema de justiça.
- c) Psicologia forense, por sua amplitude de atuação que engloba todos os setores do sistema judiciário, incluindo aspectos clínicos.
- d) Psicologia jurídica, por ter atuação apenas no Poder Judiciário.
- e) Psicologia forense, devido à sua atuação exclusiva nas áreas do sistema de justiça em que também há presença de psiquiatras.

38. O trabalho do/a psicólogo/a no Ministério Público está intrinsecamente ligado à promoção e defesa dos direitos fundamentais das pessoas. Qual das seguintes afirmativas melhor descreve a atuação do/a psicólogo/a no Ministério Público, especificamente na área de defesa dos direitos humanos?

- a) O/A psicólogo/a baseia seu trabalho na aplicação de técnicas terapêuticas para vítimas de violações dos direitos humanos.
- b) A contribuição ativa do Conselho Federal de Psicologia na defesa dos direitos de crianças e adolescentes é um dos focos principais da atuação do/a psicólogo/a.
- c) Oferecer tratamento psicológico gratuito à população vulnerável.
- d) A atuação humanizada do/a psicólogo/a jurídico no Ministério Público se concentra na garantia dos direitos humanos, com foco especial no direito do idoso.
- e) Os/As psicólogos/as no Ministério Público estão cada vez mais engajados em políticas sociais, ampliando sua atuação em áreas como saúde pública e assistência social, além da proteção dos direitos da criança, do adolescente, da mulher e do idoso.

39. Com base no Código de Ética Profissional do/a Psicólogo/a (Resolução 010/2005 do Conselho Federal de Psicologia), assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) O/A psicólogo/a, no relacionamento com profissionais não psicólogos, compartilhará somente informações relevantes para qualificar o serviço prestado, resguardando o caráter confidencial das comunicações, assinalando a responsabilidade de quem as receber, de preservar o sigilo.
- b) O/A psicólogo/a poderá intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional a pedido do profissional responsável pelo serviço.
- c) Para realizar atendimento não eventual de criança, adolescente ou interdito, o/a psicólogo/a deve obter autorização de, ao menos, um de seus responsáveis, e caso não se apresente um responsável legal, o atendimento não poderá ser efetuado.
- d) É dever do/a psicólogo/a respeitar o sigilo profissional para proteger a intimidade de pessoas, grupos ou organizações a que tenha acesso no exercício profissional.
- e) Nas situações de conflito entre as exigências do sigilo profissional e os princípios fundamentais do Código de Ética, o/a psicólogo/a poderá decidir pela quebra de sigilo apenas nos casos previstos em lei.

40. Após um intenso processo de deliberação parlamentar e mobilização dos movimentos sociais, a política de saúde mental do Brasil foi implementada em 2001 com a aprovação da Lei da Reforma Psiquiátrica (Lei federal 10.216/2001). Qual dos princípios delineados nessa Lei está associado à mudança do modelo de atendimento em saúde mental?

- a) Involução dos direitos dos/as usuários/as de saúde mental.
- b) Promoção de modelos institucionais segregacionistas.
- c) Desconsideração dos compromissos internacionais de direitos humanos.
- d) Proteção dos direitos dos/as usuários/as de saúde mental e promoção de modelos alternativos de tratamento.
- e) Priorização do atendimento hospitalar em detrimento do atendimento comunitário.

41. Quando há profissionais de Psicologia e de Serviço Social na mesma equipe, particularmente na área judiciária, é frequente a solicitação de uma avaliação técnica conhecida como perícia psicossocial. Com base nessa informação, julgue os itens abaixo.

I. A perícia psicossocial realizada no MPDFT é uma análise técnica das partes envolvidas direta ou indiretamente nos processos judiciais ou em feitos extrajudiciais, fornecendo subsídios para a tomada de decisão do operador do direito.

II. A perícia psicossocial é conduzida por profissionais especializados — psicólogos/as e assistentes sociais — e fornece subsídios para a tomada de decisão, visando sempre ao melhor interesse e a garantia de direitos da pessoa envolvida.

III. No MPDFT, a perícia psicossocial envolve a análise de condições psicológicas e sociais de uma pessoa em um contexto específico, a fim de respaldar a atuação ministerial.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) I e II apenas.
- b) II e III apenas.
- c) I e III apenas.
- d) Todas as afirmações estão corretas.
- e) Nenhuma das afirmações está correta.

42. Qual das seguintes afirmações é verdadeira sobre a guarda compartilhada?

- a) A guarda compartilhada não oferece vantagens significativas para o bem-estar das crianças.
- b) Os efeitos positivos da guarda compartilhada não estão relacionados à qualidade das relações familiares.
- c) Não há implicações a serem discutidas em relação à guarda compartilhada.
- d) A análise crítica sobre a presunção de que a guarda compartilhada é sempre no melhor interesse da criança é desnecessária.
- e) A guarda compartilhada pode apresentar potenciais danos em casos específicos, como violência doméstica e abuso infantil.

43. As questões de gênero estão presentes em boa parte dos conflitos interpessoais que o/a psicólogo/a encontra no campo jurídico. Nesse sentido, as contribuições teóricas de Judith Butler são fundamentais. Para essa autora, o gênero:

- a) É um atributo fixo e imutável, independente de fatores como cor, raça e classe.
- b) É uma característica inerente à biologia de cada indivíduo, determinada desde o nascimento.
- c) É um ato intencional produzido ao longo do tempo, influenciado por fatores como cor, raça, classe e preconceito.
- d) É uma condição exclusivamente biológica, independente de contextos sociais e culturais.
- e) É uma variável estática que não sofre influência de outros aspectos identitários, como cor, raça e classe.

44. Considerando a relação entre a Psicologia, o trabalho em rede e a atuação do MPDFT junto às redes socioassistenciais do Distrito Federal, qual das seguintes afirmações é verdadeira?

- a) O trabalho em rede no MPDFT é exclusivamente focado na colaboração entre diferentes órgãos do sistema de justiça, sem integração com instituições da política de assistência social.
- b) O MPDFT não tem interesse em estabelecer parcerias com outras instituições, pois prefere manter uma atuação independente na resolução de questões jurídicas e sociais.
- c) O trabalho em rede no MPDFT se limita à troca de informações entre Promotores de Justiça, sem envolvimento de outras instituições ou profissionais.
- d) O MPDFT, ao adotar o trabalho em rede, busca promover uma abordagem mais ampla e eficaz das questões sociais, integrando diversas áreas do conhecimento e colaborando com instituições da assistência social, saúde, educação e outras.
- e) O MPDFT atua de forma isolada, sem buscar a cooperação com outras instituições, o que limita sua capacidade de lidar com questões complexas da sociedade.

45. A memória humana não é uma reprodução exata dos eventos passados, mas, sim, uma reconstrução baseada em fragmentos de informações armazenadas e em influências presentes no momento da evocação. Considerando a afirmação "cada vez que você se lembra de algo, você reconstrói sua memória do passado", qual das opções abaixo esta afirmação está mais relacionada?

- a) Memória fotográfica.
- b) Amnésia retrógrada.
- c) Memória reconstrutiva.
- d) Memória de trabalho.
- e) Ilusão de memória.

46. Sobre a compreensão do conceito de equipe interdisciplinar, assinale a alternativa CORRETA.

- a) As equipes interdisciplinares são compostas por profissionais que trabalham em um mesmo caso, discutindo e pensando em possibilidades de solução e encaminhamento que envolvam mais de uma disciplina.
- b) As equipes interdisciplinares consistem em um conjunto de profissionais que atendem um mesmo caso, sendo que, para isso, não é necessário que os/as profissionais interajam.
- c) Equipes interdisciplinares são melhores do que equipes multidisciplinares.
- d) As equipes interdisciplinares precisam conter, pelo menos, um/a psicólogo/a e um/a advogado/a.
- e) Equipes interdisciplinares são melhores do que equipes transdisciplinares.

47. Autópsias psicológicas e psicossociais têm sido utilizadas para obter informações *post mortem* sobre circunstâncias e contexto do óbito de determinada pessoa. Com relação a essa abordagem, qual das seguintes afirmações é verdadeira sobre autópsias psicológicas e suas características?

- a) O método da autópsia psicológica foi desenvolvido na década de 1950 no Brasil, com o objetivo principal de identificar a causa natural de morte das pessoas.
- b) Uma das principais limitações das autópsias psicológicas é sua capacidade de generalizar os resultados devido ao pequeno tamanho das amostras de casos.
- c) Autópsias psicológicas dependem principalmente de grandes estudos epidemiológicos para fornecer informações precisas sobre os casos.
- d) A autópsia psicológica é conduzida de forma retrospectiva, reconstruindo o status de saúde física e mental das pessoas a partir de entrevistas com familiares e informantes próximos.
- e) A fidedignidade das informações em autópsias psicológicas é geralmente alcançada através de entrevistas únicas com um único informante próximo da vítima.

48. Qual das seguintes opções melhor descreve a atuação do/a psicólogo/a em uma equipe inter e multidisciplinar no Ministério Público?

- a) O/A psicólogo/a atua isoladamente, sem interação com outros profissionais, para garantir uma abordagem mais focada nos aspectos psicológicos dos casos.
- b) O/A psicólogo/a atua principalmente como consultor externo, oferecendo pareceres técnicos sem se envolver diretamente com outros profissionais da equipe.
- c) O/A psicólogo/a trabalha de forma colaborativa com outros profissionais, integrando sua expertise psicológica em uma abordagem mais abrangente e integrada dos casos.
- d) O/A psicólogo/a assume a liderança na equipe, coordenando as atividades dos demais profissionais e impondo uma perspectiva psicológica em todos os aspectos do trabalho.
- e) O/A psicólogo/a se concentra exclusivamente nos aspectos legais dos casos, deixando as questões psicológicas para assistentes sociais e outros especialistas.

49. O *sexting* é um comportamento disseminado entre adolescentes, embora esteja associado a riscos e consequências negativas tanto jurídicas quanto psicológicas. Sobre esse tema, qual das seguintes opções melhor descreve uma possível dinâmica abusiva associada ao *sexting*?

- a) Compartilhamento mútuo de imagens íntimas entre parceiros consensuais.
- b) Pressão para enviar ou solicitar conteúdo sexualmente explícito.
- c) Troca de mensagens sensuais entre adolescentes que se sentem confortáveis com a prática.
- d) Discussão aberta e segura sobre os riscos e consequências do *sexting* entre amigos.
- e) Participação em campanhas de conscientização que abordam o uso seguro da internet o tema do *sexting* de maneira informativa e preventiva.

50. A partir da Reforma Psiquiátrica, o SUS e o SUAS criaram dispositivos de cuidado e atenção integral aos usuários de álcool e outras drogas, nos quais diferentes profissionais, entre eles psicólogos/as, trabalham tendo como princípio básico a defesa _____ e como diretriz a ampliação da autonomia e da participação social dos usuários.

- a) das políticas públicas
- b) dos serviços de saúde
- c) dos dispositivos constitucionais
- d) dos benefícios sociais
- e) dos direitos humanos

51. Sobre avaliação de risco de novos casos de violência contra a mulher, é CORRETO afirmar que:

- a) A avaliação de risco é dispensável em casos de violência contra a mulher de menor potencial ofensivo.
- b) A avaliação de risco é a única ação necessária em casos de violência doméstica.
- c) A avaliação de risco é importante, mas não deve ser considerada separadamente das outras medidas de proteção.
- d) A avaliação de risco é realizada apenas por profissionais do Ministério Público.
- e) A avaliação de risco é obrigatória apenas em casos de violência letal.

52. O trabalho com grupos é um dispositivo cada vez mais utilizado por psicólogos/as que trabalham no sistema de justiça. Tendo em vista a atuação do/a psicólogo/a no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, considere as assertivas abaixo.

I. Um grupo é uma coleção de indivíduos; ao contrário, ele forma uma entidade distinta com suas próprias leis e mecanismos.

II. Os membros do grupo estão unidos por tarefas e objetivos individuais e o tamanho do grupo não influencia a preservação essencial da comunicação.

III. Um grupo tem uma identidade distinta enquanto preserva as identidades individuais.

IV. A dinâmica do campo grupal inclui fantasias, ansiedades, papéis.

Está CORRETO o que se afirma APENAS em:

- a) II e III.
- b) I, II e III.
- c) III e IV.
- d) II e IV.
- e) I e III.

53. Conforme Borges e Mourão (2013), há um interesse crescente pela criação de ferramentas metodológicas para avaliar eficiência (meios adequados para se chegar a fins), eficácia (alcance dos fins pretendidos) e efetividade ou impacto (resultados para a população beneficiária) de planos, programas e projetos nos diversos âmbitos das ações sociais e organizacionais. A respeito da avaliação de programas e projetos por parte do/a psicólogo/a, qual dos seguintes elementos não é essencial para um processo eficaz de avaliação?

- a) Envolvimento exclusivo da equipe executora.
- b) Definição de indicadores de desempenho.
- c) Coleta de dados qualitativos e quantitativos.
- d) Análise de custo-benefício.
- e) Comparação dos resultados com as metas estabelecidas.

54. Com base nas regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pelo/a psicólogo/a no exercício profissional:

- I. O relatório psicológico é apenas uma peça informativa e não possui valor técnico-científico, não necessitando conter uma narrativa detalhada e didática.
- II. A linguagem utilizada no relatório psicológico deve ser complexa e de difícil compreensão para garantir a exclusividade do conhecimento profissional.
- III. O relatório psicológico pode ser construído sem a base do registro documental previsto na Resolução 01/2009 do CFP, pois essa etapa não é relevante para sua elaboração.
- IV. O relatório psicológico deve corresponder exatamente à descrição literal das sessões, atendimento ou acolhimento realizado, sem necessidade de análise técnico-científica ou conclusões do profissional.
- V. Na elaboração de documento psicológico, o/a psicólogo/a baseará suas informações na observância do Código de Ética Profissional do/a psicólogo/a, além de outros dispositivos de resoluções específicas.

É CORRETO afirmar que:

- a) Apenas o item III está correto.
- b) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- c) Apenas o item V está correto.
- d) Apenas os itens II e V estão corretos.
- e) Apenas os itens III e IV estão corretos.

55. O envelhecimento populacional é um dos maiores desafios do mundo contemporâneo, exigindo políticas públicas que deem conta das necessidades da população idosa. Nessa temática, a perspectiva *lifespan* do envelhecimento de Baltes e Baltes (1990) propõe que:

- a) O desenvolvimento é um processo estático, desencadeado apenas por influências ambientais e independentemente de fatores genéticos, marcado por ganhos constantes e sem interação significativa entre o indivíduo e a cultura.
- b) O desenvolvimento é um processo intermitente e unidirecional, completamente determinado por influências genéticas, com pouca ou nenhuma influência da cultura, sem variação nas mudanças e sem ganhos ou perdas envolvidos.
- c) O desenvolvimento é um fenômeno meramente cultural, desvinculado de influências genético-biológicas, ocorrendo de forma aleatória e caótica, sem direção definida e sem competição entre ganhos e perdas.
- d) O desenvolvimento é um processo contínuo, multifacetado e multidirecional de transformações influenciadas por fatores genético-biológicos e socioculturais, de natureza normativa e não normativa, marcado por ganhos e perdas e pela interação entre o indivíduo e a cultura.
- e) O desenvolvimento é um processo estático e unidimensional, controlado exclusivamente por influências genético-biológicas, sem influência da cultura, com ganhos lineares e sem interação entre o indivíduo e o ambiente.

56. Considerando a ampla gama de serviços oferecidos pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) para atender às necessidades da população em situação de vulnerabilidade, qual das seguintes afirmativas melhor descreve a função específica dos CREAS?

- a) Prestar atendimento especializado a pessoas em situação de violência, abuso ou exploração sexual, negligência e outras violações de direitos.
- b) Oferecer acompanhamento psicossocial e orientação jurídica às famílias em situação de vulnerabilidade social.
- c) Realizar programas socioeducativos, como cursos, palestras e oficinas, para promover a inclusão produtiva dos indivíduos atendidos.
- d) Atuar na mediação de conflitos familiares e comunitários, visando à resolução pacífica e colaborativa dos problemas.
- e) Promover a reinserção social e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários por meio de ações preventivas e de conscientização.

57. A Lei nº 10.741/ 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa) afirma que “É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária”.

De acordo com essa lei, a garantia de prioridade não compreende:

- a) Atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população.
- b) Cobrança de valores diferenciados, em razão da idade, nos planos de saúde.
- c) Prioridade especial aos maiores de 80 (oitenta) anos.
- d) Prioridade no recebimento da restituição do imposto de renda.
- e) Em detrimento do atendimento asilar, priorização do atendimento da pessoa idosa por sua própria família.

58. A “Nota técnica de orientação profissional em casos de violência contra a mulher: casos para a quebra do sigilo profissional” afirma que o/a psicólogo/a deve quebrar o sigilo profissional e realizar a comunicação externa em situações em que a vida da mulher corra sério risco ou ainda a de seus filhos ou de pessoas próximas. Considerando essa orientação, quais dos seguintes itens são considerados fatores de risco de violência grave ou letal?

- a) Vítima ou outro familiar ameaçado com faca ou arma de fogo.
- b) Agressões físicas graves em desfavor da vítima, como queimaduras, sufocamento e tiros.
- c) O autor já descumpriu medidas protetivas anteriormente.
- d) A vítima possui conflitos relacionados à guarda, visita ou pensão dos filhos com o autor.
- e) A vítima está grávida ou teve bebê nos últimos 18 meses.

59. Sobre a avaliação psicológica em situações de perda do poder familiar, é CORRETO o que se afirma em:

- a) É um processo conduzido por psicólogo/acom o objetivo de determinar a sentença judicial final.
- b) Tem como objetivo principal proteger os direitos dos pais ou responsáveis envolvidos no processo.
- c) Não leva em consideração o bem-estar e a proteção das crianças, focando apenas nos pais ou responsáveis.
- d) É um procedimento desnecessário, pois as decisões judiciais sobre a perda do poder familiar não devem ser embasadas em avaliações psicológicas.
- e) Busca analisar as condições psicológicas e emocionais dos envolvidos para subsidiar decisões judiciais relacionadas à destituição do poder familiar.

60. De acordo com as disposições da Lei 11.340/ 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, está estipulado que qualquer ação ou omissão baseada no gênero que resulte em morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico e dano moral e/ou patrimonial deve ser categorizada como violência doméstica e familiar. Consequentemente, considera-se violência familiar aquela que ocorre no contexto

- a) doméstico, composto pelo convívio entre pessoas, com ou sem laços familiares, incluindo aquelas esporadicamente agregadas.
- b) doméstico entre indivíduos que não possuem vínculos biológicos, apenas afinidade ou por vontade expressa.
- c) doméstico, entre indivíduos e que se consideram aparentados pela proximidade, apesar de não possuírem vínculos naturais.
- d) da família, composta por indivíduos que são aparentados, que possuem vínculos biológicos e afinidades.
- e) da família, composta por indivíduos que são ou se consideram aparentados, que possuem vínculos biológicos, de afinidade ou por vontade expressa.

Este conteúdo não é criado nem endossado pela Microsoft. Os dados que você enviar serão enviados ao proprietário do formulário.